

O primeiro mito baseia-se na crença de que o governo consegue iludir os agentes econômicos ao produzir inflação e, assim, reduzir o valor real dos pagamentos a realizar. Ora, esta é uma pretensão daqueles que acreditam na superioridade intelectual do governo sobre os cidadãos. Embora a população ainda utilize o cruzeiro real como meio de pagamento, esta moeda já perdeu sua função como unidade de referência há muito tempo. Da mesma forma que o governo "ufirizou" sua arrecadação, os agentes econômicos já "dolarizaram", "IGPMzaram" ou "TRzaram" (com o perdão da terminologia) suas receitas, sejam elas provenientes do governo ou de outros agentes privados. Basta acompanhar qualquer licitação pública para constatar que os valores ou estão expressos em dólares ou embutem a inflação esperada.

Na prática, apenas dois grupos não conseguem defender-se plenamente contra a inflação: os servidores públicos e os aposentados. De fato, o valor real dos salários e aposentadorias pagos pelo Estado vem caindo nos últimos anos. O resultado é conhecido: serviço público cada vez pior e aposentados sendo sistematicamente caloteados num direito que adquiriram quando contribuíram, ao longo de sua vida laborativa, contando com um benefício digno. Se este é o problema, a solução é fácil: há várias propostas interessantes de reforma previdenciária, e o fim da estabilidade do servidor público deve ser encarado com urgência.

A mesma pretenciosa "esperteza" do governo em relação às despesas é reafirmada como se também existisse do lado das receitas. Na realidade, por mais que se criem mecanismos de indexação, o governo nunca conseguirá que o valor tributado original seja o mesmo que entra nos cofres públicos. Do fato gerador à cobrança efetiva passam-se dias sem indexação, o que ocasiona perda de arrecadação real. As empresas privadas coerentemente gastam milhões de dólares com consultorias tributárias que desenvolvem obras-primas de engenharia financeira para postergar o pagamento dos impostos. Mais uma vez, quem acaba sendo prejudicado é o assalariado, que vê uma parte de seus recebimentos sendo abocanhada pelo leão todo mês na data do pagamento, sem atraso.

O segundo mito nasceu com o chamado déficit operacional do governo. De acordo com este conceito, muito utilizado pelos técnicos do FMI, o que o governo paga como correção monetária da sua dívida não é uma

despesa a ser considerada. Um argumento semelhante seria: "Os juros que um trabalhador paga pela utilização do cheque especial não são importantes; o importante é o que se paga além da inflação." Ora, importante ou não, o fato é que o correntista, no fim do mês, tem que pagar os juros integrais que lhe são cobrados, e deve fazê-lo com parte de seu salário. Como o governo não recebe "salário", e a arrecadação tributária mal dá para cobrir suas despesas correntes, recorre-se a mais endividamento, ou — o que é pior — emitem-se cruzeiros para cobrir o déficit público nominal. No final das contas, gera-se mais inflação e diz-se que tudo não passou de uma operação neutra, já que a dívida pública "em termos reais" permaneceu constante. Lembro-me do dilema sobre quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha; neste caso, quem surgiu primeiro — a inflação ou o déficit nominal.

Tão grave quanto a correção monetária são os juros reais abusivos que o governo vem pagando. O principal condicionante desse elevado patamar é o risco que os agentes econômicos correm ao emprestar seus recursos a um devedor insolvente e pouco confiável como é o setor público. Na verdade, corre-se um risco duplo: o de sofrer um calote e o de a inflação disparar no mês seguinte. A estabilização traria, naturalmente, uma queda do patamar de juros reais, já que não mais se correria o risco inflacionário. Com a queda dos juros, a despesa financeira do governo cairia automaticamente. É importante lembrar que o governo tem uma dívida mobiliária interna em torno de US\$ 39 bilhões; com uma taxa real de juros em 34,5% ao ano (taxa anualizada do mês de outubro), a despesa apenas com os juros reais é de US\$ 13,5 bilhões, ou 3,7% do PIB. Isto é praticamente o dobro do que se desejava arrecadar com o IPMF.

O terceiro mito, da aliança governo-inflação, é a base da interpretação fiscalista sobre o fenômeno inflacionário. Num país como o Brasil, em que o controle monetário é praticamente inexistente, já é hora de reconhecermos que inflação e moeda são inexoravelmente ligadas. O déficit público não é a causa direta da inflação. As pessoas sabem que o desequilíbrio do governo acaba produzindo inflação, porque este desequilíbrio é financiado por emissões de moeda. O fim da inflação passa, necessariamente, pelo rompimento desta relação de causalidade. Preci-

samos fazer valer o preceito constitucional que impede o financiamento do governo através de emissões monetárias. A "máquina de fazer dinheiro" precisa ser travada urgentemente; basta que se conceda autonomia ao BC. Esta atitude forçaria um equilíbrio das contas do setor público, pela simples impossibilidade de se recorrer ao financiamento inflacionário. A redução dos juros pagos pela dívida pública, resultado natural da estabilização, auxiliaria o governo a atingir um ponto de equilíbrio em suas contas.

Não se pode afirmar com certeza que as contas públicas fechariam com superávit após a estabilização dos preços. Há fortes indícios de que sim: o resultado primário (que não leva em consideração os juros pagos pela dívida pública) tem sido superavitário nos últimos anos, inclusive nos primeiros meses de 1993 (ver gráfico); a dívida pública encontra-se em patamar reduzido (embora os juros pagos por ela estejam elevados); e uma grande reforma previdenciária com participação popular está sendo discutida.

Mas o que aconteceria se este equilíbrio não fosse atingido? O mesmo que já ocorre com empresas insolventes: declarar-se-ia a impossibilidade de fazer face aos pagamentos e reestruturar-se-ia seu perfil de endividamento; em outras palavras, seria explicitada a situação de falência do setor público federal. Apesar de esta ser uma hipótese remota, alguns têm alegado que a falência explícita do setor público acarretaria pesadas perdas no setor financeiro, seu principal credor. Todos aqueles que emprestam dinheiro a uma instituição desequilibrada financeiramente, porém, sabem que estão correndo este risco, inerente ao sistema capitalista.

A grande questão é: vale a pena correr o risco de se decretar a falência do governo, mesmo que este risco seja pequeno? Esta pergunta pode ser respondida pelos milhões de brasileiros que não têm como se defender contra a inflação e vêem seu salário ser corroído ao longo do mês por este que já foi identificado pelo próprio ministro Fernando Henrique como "o maior de todos os males" de nossa economia. O medo de se tomar uma atitude forte como dar autonomia ao BC precisa ser enfrentado. Não há tempo a perder.

É preciso que se tome, de imediato, a atitude de conceder autonomia ao Banco Central.